

# Sindicato das empreiteiras pede punição dos culpados

O Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada — Sinicon — divulgou nota assinada pelo presidente da entidade, Tibério César Gadelha, apoiando a apuração das denúncias e a consequente punição dos culpados pelos delitos comprovados no que diz respeito à elaboração orçamentária da União.

“O Sinicon, acima dos interesses e da ação particulares de suas associadas está empenhado na defesa dos interesses gerais do Brasil e do setor que representa, intrinsecamente vinculados ao processo de desenvolvimento do País, pelo que reafirma seu direito — e mesmo seu dever — de participar da discussão e busca de soluções para os problemas nacionais”, assina Gadelha.

A nota foi aprovada pela diretoria da entidade em reunião no último dia 28. Segundo o documento, o sindicato considera, ainda, inalienável o direito das empresas construtoras de acompanharem a elaboração orçamentária da União, particularmente no que se refere a investimentos, e de defender seus legítimos pleitos junto a parlamentares e executivos governamentais.

Gadelha assinalou, também, que “o Sinicon não pode aceitar a execração pública e a marginalização do setor que representa — maior empregador do País e cuja contribuição para a construção do Brasil tem sido inestimável — por causa de erros e crimes de alguns poucos e pelos vícios e deformações a que vem sendo submetido o exercício do poder em nosso e em tantos outros países”.



*Tibério: setor foi prejudicado*

Tibério César Gadelha garante que o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada está vivamente preocupado com o fato da apuração das denúncias e o noticiário sobre o assunto estar levando à virtual paralisação da Administração Pública e do próprio Congresso Nacional.

Finalmente, a nota do Sinicon diz que o sindicato “acredita — e confia — que a apuração dos fatos delituosos que a Nação vem assistindo estarecida nos últimos anos, por mais dolorosos que sejam, resultará na consolidação e aprimoramento da democracia representativa em nosso País, com o estabelecimento de relações éticas e transparentes entre o Poder Público e todos os setores empresariais (inclusive das multinacionais) com resultados concretos e benéficos para o nosso povo”.